

- LXI-

ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS: OS PRESIDENCIÁVEIS DE 2018 E SUAS PROPOSTAS PARA A INCLUSÃO

Raphael Demóstenes Cardozo
UFPR- raphaeldemostenes@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo identificar as propostas inseridas nos planos de governo dos presidenciáveis de 2018 acerca da educação inclusiva, com vistas para a acessibilidade arquitetônica. A garantia da oferta de uma educação de qualidade é responsabilidade de todos os governantes. Sendo a Presidência da República o mais alto posto do poder executivo, é importante identificar o que os candidatos que desejam ocupar esse posto, pretendem realizar ou possuem como diretrizes quanto a oferta da Educação.

O termo acessibilidade neste trabalho trata da acessibilidade arquitetônica, que é fator condicionante para o acesso às escolas e nas escolas por pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Esta temática não se limita ao campo educacional, logo, é importante a apropriação dela pois, a efetivação do direito a educação de qualidade passa pela garantia de acesso e permanência de toda a comunidade escolar.

Dia 7 de outubro de 2018 ocorreu o primeiro turno das eleições para eleger o Presidente e Vice-Presidente da República do Brasil. Com 13 candidatos de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, este foi o maior número de candidatos em 29 anos.

Conforme a Lei 9.504 de 1997 que estabelece as normas para as eleições, é exigido que o registro de candidatura deve ser realizado com a proposta defendida pelo candidato à Presidência, junto a outros documentos. Muitos Professores e Professoras Especialistas em educação de várias Universidades Brasileiras, analisaram as propostas dos candidatos com

olhar para a educação e papel do Estado de forma ampla. Um dos canais de publicização destas análises ocorreu via ANPED³³, em setembro de 2018.

Uma vez que não há diretrizes, métodos ou simplesmente exigências quanto a forma, apresentação e conteúdo de um plano de governo, nem a garantia de sua plena execução, esses documentos elaborados pelos candidatos e suas equipes, apontam diretrizes, influências, contradições e ambiguidades que precedem a composição de uma agenda, das quais podem ou não serem efetivadas. Seja de forma prática-legal ou de forma prática-material. Mainardes (2006), ao analisar a literatura do ciclo político, esclarece que toda a política está sobre o contexto da influência, da produção do texto e da prática. Sendo os planos de governo, documentos inscritos no contexto da influência.

DESENVOLVIMENTO

Os 13 documentos para análise, estão disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral TSE em seu endereço eletrônico:

[.http://divulgandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2018/2022802018/BR/candidatos](http://divulgandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2018/2022802018/BR/candidatos). (acesso em 05/12/2018). Martins (2002), no ano de 2002 elaborou um estudo para a Câmara dos deputados, comparando os planos de governo dos candidatos Lula, Serra, Ciro e Garotinho. Sendo considerado para a análise algumas áreas do campo educacional.

A proposta de análise documental neste artigo, se refere ao insumo da acessibilidade arquitetônica, necessário para todos e todas numa perspectiva inclusiva. Para isso, foi considerado e verificado nos documentos, os seguintes critérios: i. Se há visibilidade do acesso a educação, das pessoas com deficiência ou da acessibilidade arquitetônica, ii. Se existe articulação do acesso das pessoas com deficiência na educação; iii. A correta terminologia; iv. A articulação com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e v. Se há diretrizes para a acessibilidade arquitetônica.

As 577 páginas dos planos de governo analisadas, não indicam profundidade de propostas, mas um volume de tópicos e informações considerados importantes pelos partidos, para que possam convencer parte dos eleitores. Dos 13 documentos analisados 8 deles mencionam as questões de pessoas com deficiência, acessibilidade e/ou acesso a educação. Destes, 4 utilizam este espaço para criticar a qualidade da Educação sob a

33 <http://www.anped.org.br/content/eleicoes-2018-analise-de-propostas-para-educacao-dos-candidatos-presidente>

perspectiva dos testes de desempenho de larga escala, citando números da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e conduzindo a uma análise simplista comparativa.

A articulação do acesso das pessoas com deficiência na educação é evidenciada em 6 documentos. Este aspecto é relevante pois algumas propostas citam de forma ampla, generalizada, inclusive de forma beneficente assistencial. “*Pessoas com necessidades especiais têm que ter uma atenção especial.*” e “*Imediatas e necessárias providências para assegurar ao DEFICIENTE, o pleno exercício de seus direitos de cidadão.*” são trechos dos documentos que exemplificam as afirmações acima. Nos quais, também chamam a atenção para a inadequada terminologia. Somente 5 documentos estão com a terminologia correta.

A LBI é articulada em 3 documentos, onde reconhecem a falta da sua implementação, se tornando metas do governo. Há um grande volume de normas que convergem para a inclusão das pessoas com deficiência. A Constituição Pátria, a LDB, o PNE, o ECA, as declarações internacionais nas quais o Brasil é signatário e normas regulamentadoras.

Somente 4 dos 13 documentos mencionam a acessibilidade arquitetônica, sendo 3 documentos de forma generalizada e 1 de forma objetiva com a terminologia incorreta, inclusive com metas:

O índice de escolas com banheiros com acessibilidade aos alunos portadores de deficiência é de 37% (53.548 escolas), sendo um índice muito baixo. Vamos trabalhar para que, no segundo ano de governo, esse índice chegue a 50% das escolas, tendo como meta a marca de 100% das escolas brasileiras possuindo banheiros com acessibilidade aos alunos portadores de deficiência até 2022.

Os demais fazem citações amplas, como a eliminação de restrições de acessibilidade e mobilidade em geral e a promoção de ações de acessibilidade arquitetônica. Somente 2 presidenciáveis indicaram em seus planos de governo, um olhar para a causa da pessoa com deficiência, da inclusão e da acessibilidade arquitetônica.

CONCLUSÃO

A Educação foi tema presente em todos os documentos analisados, porém, alguns utilizaram este documento para apresentarem suas propostas, mas também utilizado para argumentações críticas, construtivas e destrutivas de políticas atuais, sobretudo políticas que envolvem o financiamento da educação. É fundamental esclarecer, que se compreende as

várias agendas de um futuro Presidente e que a inclusão e a acessibilidade arquitetônica, estão inseridas na educação. Porém estes temas, não abrangem somente um público seletivo mas toda a sociedade.

É escasso o número de presidenciáveis que num contexto de influência, consideram pessoas com deficiência, a inclusão e a acessibilidade arquitetônica. A Lei 9.504 de 1997 exige que o registro de candidatura deve ser realizado com a proposta defendida pelo candidato à Presidência, junto a outros documentos. É cristalino que esses documentos servem mais para fins midiáticos do que para a análise de propostas.

Apenas 2 presidenciáveis (não eleitos) contemplam em seus planos propostas para as pessoas com deficiência, para a inclusão e para acessibilidade arquitetônica que é item da infraestrutura escolar fundamental para o acesso à educação de todos e todas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

_____. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui A Lei Brasileira De Inclusão Da Pessoa Com Deficiência (Estatuto Da Pessoa Com Deficiência). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm.

_____. Lei nº. 13.005, de 24 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

TAROUCO, G. DA S.; MADEIRA, R. M. Partidos, Programas e o Debate Sobre Esquerda E Direita No Brasil. , p. 149–165, 2013.

MAINARDES, J. A abordagem do ciclo de políticas e suas contribuições para a análise da trajetória de políticas educacionais. *Educação e Sociedade*, v. 27, p. 47–69, 2006.

MARTINS, P. D. S. As propostas dos presidenciáveis para a educação. IBRAP, 2002.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Almedina Brasil, 2011.

SASSAKI, R. K. Terminologia Sobre Deficiência Na Era Da Inclusão. *Mídia e Deficiência*, p. 6–9, 2003.

SCHNEIDER, G.; ALVES, T.; CARDOZO, R. D. Análise do Custo para adequação da Infraestrutura Física das escolas com Base em Padrão de Qualidade de Referência. Anais FINEDUCA, v. V, p. 1-7, 2017.